

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/11/2011 Edição Nº 456

Copa das Confederações e Copa do Mundo: CNTV, Sindicatos e Vigilantes se preparam

A CNTV – Confederação Nacional dos Vigilantes, em conjunto com Sindicatos de Vigilantes do Nordeste, realiza nos dias 25 e 26 de novembro, em Fortaleza-CE um Seminário para discutir a preparação dos trabalhadores para a Copa. O evento será ampliado e os demais sindicatos do país também serão convidados.

Além das questões trabalhistas, os Sindicatos discutirão entre si e com autoridades e convidados o treinamento especial dos trabalhadores para os jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo, bem como os demais postos de trabalho que surgirão a partir desses eventos: hotéis, concentrações, locais de treinamen-

tos, etc. As ações que cada Sindicato já está ou deve adotar com vistas à promoção de curso de língua estrangeira, uso de tecnologia e arma não letal, conhecimentos estes fundamentais para atuação nos eventos, também serão apreciados.

Até a data de realização do Seminário, a Confederação já deve ter firmado um Protocolo de Compromisso de caráter nacional com a Federação Patronal que fixa diretrizes no âmbito trabalhista (remuneração, jornada de trabalho, equipamentos de proteção, etc. Para a CNTV a Copa permitirá que os vigilantes demonstrem que estão preparados para cuidar de jogos de futebol e, findo os eventos, continuem



ocupando este importante espaço de trabalho, sempre primado pela qualidade do seu trabalho e respeito à vida e à dignidade das pessoas.

Cerca de 3 mil vigilantes devem fazer segurança na abertura e encerramento da Copa 2014

A segurança nos estádios de futebol, na época da Copa das Confederações e da Copa do Mundo 2014, ficará a cargo da segurança privada, conforme regulamento da FIFA. Para a abertura e encerramento da Copa 2014, serão necessários cerca de 1.200 vigilantes, em cada cerimônia. Por jogo, uma média de 500 homens ficarão responsáveis pela segurança de dentro dos estádios.

Deverá ser utilizada a força

tática de 38 mil vigilantes de empresas de segurança privada, ao todo. Mas haverá uma condição: o vigilante terá de passar, obrigatoriamente, por um Curso de Extensão em Grandes Eventos. “A expectativa é de que 50 mil seguranças privados sejam treinados e a meta é conferir ao país padrão internacional nessa área”, explica João Palhuca, vice-presidente do Sesvesp – Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de São Paulo.

Fonte: Central Esportiva-SP

Seguranças farão curso

São Paulo - A segurança nos estádios de futebol, na época da Copa das Confederações e da Copa do Mundo 2014, ficará a cargo da segurança privada, conforme regulamento da Fifa. Por jogo, cerca de 500 homens ficarão responsáveis pela segurança de dentro dos estádios. Há uma condição: o vigilante terá de passar, obrigatoriamente, por um Curso de Extensão em Grandes Eventos.

DCI - São Paulo/SP

Por 8 votos a 2, STF confirma política de valorização do salário mínimo

Por 8 votos a 2, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou impropriedade a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4.568, apresentada por três partidos de oposição (PSDB, DEM e PPS) contra a Lei 12.382/2011 que estabelece a política de valorização do salário mínimo. A relatora do processo, a ministra Carmen Lúcia, deu seu voto contrário e foi acompanhada por outros sete magistrados. O julgamento ocorreu nesta quinta-feira (3), em Brasília.

"De tudo me parece que a busca, neste caso, do Poder Judiciário é uma tentativa de fazer prevalecer votação que foi contrária, que foi minoritária na Casa", ponderou Carmen Lúcia, durante a leitura do voto.

Após a relatora, os ministros Luiz Fux e José Antonio Dias Toffoli acompanharam-na. O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e o ministro Joaquim Barbosa também descartaram inconstitucionalidade.

O ministro Ayres Britto julgou como procedente a ação. Gilmar Mendes deu o sexto voto contra a demanda da oposição, mas fez amplas ressalvas ao prazo adotado para a política, até 2015. Com isso, a maioria foi assegurada - o julgamento conta com dez ministros desde a aposentadoria da ministra Ellen Gracie.

PPS, PSDB e DEM ingressaram com a Adin depois de a lei ter sido aprovada pelo Congresso. A norma estabelece que o salário mínimo será reajustado anualmente de 2012 a 2015, pela soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores e o

crescimento da economia brasileira de dois anos antes.

O valor exato será confirmado por decreto do Executivo. Os opositoristas alegam que, ao deixar a definição do mínimo à Presidência, apesar de seguir uma fórmula aprovada pelo Congresso, iria ferir a autonomia do Legislativo prevista na Constituição.

A política mantém um acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo federal em 2006, ainda durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. A fórmula vigorou informalmente nos quatro anos de seu segundo mandato e no primeiro da presidenta Dilma Rousseff - com um reajuste extra para assegurar aumento real em 2011. A decisão de encaminhar o mecanismo ao Congresso praticamente permite garantir aumento acima da inflação.

A posição da ministra Carmen Lúcia de julgar improcedente o pe-

dido já era prevista, levando em conta pareceres apresentados pelo Senado, pela Câmara Federal e pela Advocacia Geral da União (AGU), que descartavam ilegalidades. Em seu voto, ela afirmou que o papel da Presidência da República será restrito a seguir o disposto na lei.

Os ministros que julgaram improcedente a Adin recorreram à necessidade, prevista no artigo 7º da Constituição, de que o valor do salário mínimo seja definida por lei. A avaliação é de que isso quer dizer que o valor nominal precisa constar na lei. Uma polêmica foi instaurada por Gilmar Mendes, que lembrou que a política ultrapassa a legislatura atual do Congresso Nacional (que termina em 2014).

Antes da apresentação do voto da relatora, o advogado dos partidos da oposição e Luís Inácio Adams, da AGU, se pronunciaram.

Fonte: Rede Brasil Atual



Valorização do mínimo foi negociada pelas centrais sindicais no governo Lula

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilanteCNTV.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-8143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF